



Interfaces entre tradução e ensino português para estrangeiros em contexto intercultural: caminhos a explorar

A ideia deste número nasceu de uma conversa entre dois colegas que, apesar de hoje trabalharem em continentes diferentes, compartilham há muitos anos a experiência de ensinar português a quem não o tem como língua materna. Alexandre do A. Ribeiro é professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo de Pesquisa e Ensino de Português como Língua Estrangeira/Segunda Língua (NUPPLES) e atua no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa; Lívia Assunção está atualmente na Università degli Studi di Firenze, mas é carioca de formação, tendo passado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como pesquisadora e como professora de Português Língua Estrangeira (PLE). Nossas trajetórias profissionais se cruzaram no Rio de Janeiro, em especial, através da Associação de Professores de Português Língua Estrangeira do Estado do Rio de Janeiro (APLE-RJ). Desde então, temos mantido um diálogo que atravessa projetos, eventos e, sobretudo, as questões que emergem da prática cotidiana em sala de aula. Uma dessas questões — talvez a mais persistente — diz respeito ao papel da tradução no ensino de PLE. É a convicção de que há uma relação profícua entre os Estudos da Tradução e os aspectos interculturais e didático-pedagógicos que permeiam o ensino de PLE que está na origem deste dossiê.

Quem ensina português a estrangeiros sabe que há um momento, quase inevitável, em que o aprendiz se depara com algo que não cabe na lógica da sua língua materna. Quando ele descobre, por exemplo, que em português se “toma” sopa — e não se “bebe” —, está diante de algo que ultrapassa a simples escolha de um verbo. O desafio de entender e usar adequadamente as combinações lexicais o coloca diante de um modo de recortar o mundo, de uma lógica cultural que organiza a experiência cotidiana de maneira distinta daquela que sua língua materna lhe ensinou. Pequenos estranhamentos como esse, aparentemente banais, revelam uma operação que é, no fundo, tradutória: o aprendiz precisa reinterpretar, negociar sentidos e compreender que a equivalência entre palavras nunca é plena. Por trás de cada escolha lexical ou gramatical, há um universo de práticas sociais e visões de mundo que pedem mediação. É justamente esse o terreno em que os Estudos da Tradução e o ensi-



no de PLE, indissociável de aspectos interculturais e simbólicos, encontram seus pontos de contato mais fecundos — e é esse o terreno que a 68ª edição da *Revista Matraca* se propõe a explorar.

A ideia de reunir, num mesmo número, trabalhos que se debruçam sobre as interfaces entre ensino de PLE, Estudos da Tradução e interculturalidade nasceu de uma constatação que, embora venha se tornando cada vez mais evidente no campo dos estudos linguístico-discursivos, ainda carece de espaços consolidados de discussão: a tradução, tomada em sentido amplo, constitui uma das operações centrais — e talvez uma das mais subestimadas — do processo de aprendizagem de uma língua estrangeira. Não nos referimos apenas à tradução interlingual, aquela que se faz entre duas línguas, mas a um conjunto de práticas que envolvem a mediação entre sistemas semióticos, culturais e discursivos distintos. Quando um estudante estrangeiro assiste a uma propaganda brasileira, escuta uma canção popular ou tenta compreender uma piada que circula nas redes sociais, está realizando operações de tradução — ainda que não recorra, em nenhum momento, ao dicionário bilíngue. Traduz imagens em palavras, gestos em significados, referências culturais em sentidos negociados. Ao fazê-lo, mobiliza competências que se situam na confluência entre o linguístico-discursivo e o cultural, entre a descrição e o uso, entre a intenção e o efeito.

Esse entendimento ampliado do que significa “traduzir” foi, em larga medida, o fio condutor que orientou a concepção deste número temático. O diálogo entre tradução e ensino de PLE pode — e precisa — ser pensado em múltiplas direções: na relação entre línguas próximas, como o português e o espanhol, em que a aparente transparência lexical esconde armadilhas semânticas e pragmáticas; na tradução intersemiótica, que convoca imagens, sons e performances como formas de acesso à língua-alvo; na tradução cultural, que implica acolher o outro sem domesticá-lo, reconhecendo que ensinar uma língua é sempre, de alguma forma, ensinar a habitar um outro mundo simbólico. Cada uma dessas dimensões abre caminhos distintos para a prática pedagógica e para a reflexão teórica. Os artigos aqui reunidos dão testemunho dessa riqueza quer como reflexão teórica quer como relatos de experiências que convidam a identificar os processos tradutórios implícitos nas práticas pedagógicas e no processo de aprendizagem.

Cabe, aliás, uma nota sobre o percurso histórico dessa relação entre tradução e ensino de línguas, que a ementa desta edição já antecipava. A tradução ocupou, como se sabe, um lugar central no Método Gramática-Tradução, dominante entre os séculos XVIII e XIX, em que a transposição de frases entre línguas constituía o exercício pedagógico por excelência. Com a chegada do Método Direto e, posteriormente, das abordagens comunicativas, a tradução interlínguas foi progressivamente banida da sala de aula, associada a uma concepção mecânica e descontextualizada do ensino. Métodos de ensino não estão dissociados do contexto sociocultural e político em que nascem. A tradução como exercício e ferramenta de aprendizagem parece servir mais explicitamente aos propósitos inerentes às formas e aos meios de comunicação de uma determinada época. Conforme novas tecnologias e formas de comunicação e interação vão se consolidando, a ênfase na tradução como exercício de aprendizagem vai dando lugar a outras ferramentas pedagógicas. Essa exclusão, no entanto, nunca

foi absoluta, dada a importância do ato tradutório, em sentido amplo, para a organização do pensamento: professores e alunos continuaram traduzindo — mentalmente, intuitivamente, estrategicamente — mesmo quando os manuais e as orientações metodológicas lhes diziam para não fazê-lo.

O que mudou nas últimas décadas, e o que esta edição da *Matraga* procura documentar, é precisamente o reconhecimento de que a tradução pode e deve ser reintegrada ao ensino de línguas, mas sob premissas renovadas: não como exercício mecânico de equivalência lexical, mas sim como prática de mediação cultural, como instrumento de reflexão metalinguística, como espaço de negociação de sentidos entre sujeitos situados em contextos socioculturais específicos. Os Estudos da Tradução, ao se constituírem como campo autônomo de investigação, ofereceram o arcabouço teórico necessário para essa reintegração, e o PLE, ao se consolidar como área de pesquisa e ensino, passou a dialogar de forma mais consistente com essas contribuições, sem deixar de diferenciar o “aprender a língua-alvo” do “aprender sobre a língua-alvo”.

Os trabalhos que compõem este número refletem, cada um à sua maneira, as múltiplas possibilidades desse diálogo. Débora Marinho Guerra, em seu artigo “Atualizando gramáticas de português e espanhol: uma releitura de exercícios de tradução para o ensino de Português como Língua Estrangeiros (PLE)” faz um exercício reflexivo, em perspectiva historiográfica, ao revisitar exercícios de tradução coletados em gramáticas de português para estrangeiros, português língua materna e espanhol língua estrangeira da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. O trabalho propõe a atualização desses exercícios à luz dos conceitos de tradução intercultural, tradução intralinguística e tradução intersemiótica, demonstrando que o chamado Método Gramática-Tradução não constituiu uma prática homogênea e que seus procedimentos, quando relidos criticamente, podem ser reintegrados com proveito à Abordagem Comunicativa, sobretudo para enfrentar o problema da cristalização da interlíngua entre aprendizes de português em contato com o espanhol.

Sofia Oliveira Dias e Jéssica Tostes, em “Traduzir ou não traduzir, eis a questão: o uso da tradução em materiais didáticos de PLE”, voltam-se para o contexto específico dos falantes de espanhol que aprendem português. O estudo combina dados empíricos obtidos por meio de questionário com a análise de um corpus de 21 manuais didáticos publicados na Espanha, em Portugal e no Brasil, abrangendo os níveis proficiência A1 a C2 do Quadro Europeu Comum de Referência para o ensino de línguas. Os resultados revelam que os materiais espanhóis e portugueses mantêm uma orientação predominantemente estrutural e contrastiva, enquanto os brasileiros atribuem à tradução funções mais amplas, articulando dimensões discursivas, interculturais e reflexivas. O trabalho oferece, assim, um panorama comparativo que permite avaliar como diferentes tradições editoriais e pedagógicas concebem o lugar da tradução no processo de ensino de PLE.

O artigo “A tradução como prática comunicativa, intercultural e multiletrada no ensino de PLE”, de Leandra Barreto da Silva, propõe uma discussão sobre as possibilidades pedagógicas da tradução no ensino de PLE a partir das três modalidades: a intralingual, a interlingual e a intersemiótica. A autora pensa como cada uma delas pode ser explorada para ampliar as com-



petências comunicativas e interculturais dos aprendizes. Para isso, analisa três livros didáticos de PLE — *Bem-vindo!*, *Novo Avenida Brasil* e *SAMBA!* —, focando as representações culturais presentes nesses materiais. Discute de que forma o ato tradutório pode funcionar como instrumento crítico, capaz de revelar aquilo que os manuais silenciam ou simplificam acerca da diversidade sociocultural e linguística do Brasil.

Em “Escutar o português na Amazônia: tradução cultural e práticas interculturais no ensino de PLE”, Daniel Batista Lima Borges, Tatiane Trindade da Costa e Jeiza Marcelly Bentes de Souza trazem uma contribuição singular ao tema: articulam tradução cultural, perspectivas decoloniais e oralidade na Amazonia. A partir de um estudo de caso desenvolvido em curso de PLE na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no qual estudantes estrangeiros traduziram narrativas orais amazônicas em atividades interlinguais e intersemióticas, o trabalho demonstra como a tradução pode funcionar como espaço de escuta e negociação de sentidos, promovendo a consciência linguística e intercultural dos aprendizes. A dimensão ética da tradução ganha aqui uma concretude particular, uma vez que traduzir narrativas indígenas e ribeirinhas implica acolher epistemologias distintas, resistir à domesticação dos sentidos e reconhecer a pluralidade de vozes que constituem o português falado no Brasil.

A *Revista Matraca* n.º 68 traz também, na seção Outras Contribuições, relatos de ensino de PLE cujas experiências compartilhadas permitem ampliar o entendimento das relações propostas pela temática, foco do presente número. Vinícius Torres Garcia e Ana Carolina Fontana, em “A imersão cultural no aprendizado de português: um estudo teórico sobre os Cadetes de Nações Amigas na Academia Militar das Agulhas Negras”, apresentam um contexto de ensino-aprendizagem de PLE pouco explorado na literatura acadêmica: a formação de cadetes estrangeiros no ambiente militar brasileiro. O estudo investiga o papel da imersão cultural no processo de aquisição do português, partindo do impacto das primeiras experiências interlinguísticas e interculturais. Discutem como o contato intenso com a língua e a cultura-alvo — nas instruções, formaturas, encontros religiosos e na convivência cotidiana — favorece uma aquisição linguística que os métodos tradicionais de sala de aula dificilmente conseguem traduzir. A pesquisa contribui, assim, para ampliar o mapa dos contextos em que o PLE é ensinado e aprendido, chamando a atenção para as especificidades de públicos que raramente figuram nas discussões acadêmicas da área.

Camila Alvares Pasquetti, Laura Cristina Pereira Viana e Rosane Silveira, em “Ensino e aprendizagem sobre o Celpe-Bras para migrantes de crises no Brasil”, relatam a preparação para o exame Celpe-Bras voltada a migrantes de crise. As autoras compartilham a experiência de organizar cursos remotos de familiarização com o Celpe-Bras para estrangeiros na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Os cursos acontecem de forma associada à atuação como aplicadoras e avaliadoras do exame. Ao longo do trabalho procuram entender como os aprendizes lidam com os desafios propostos nas tarefas do Celpe-Bras. Valendo-se da noção de gêneros discursivos, o estudo aponta a importância de o ensino ser reflexivo e considerar a diversidade do público de acolhimento.

No artigo “Implementing Teletandem at UFC: perspectives from postdoctoral supervision and training”, de Guilherme Mariano Martins da Silva, Diana Costa Fortier Silva e José Carlos

Tatmatsu Rocha, descreve-se o processo de implementação do Teletandem na Universidade Federal do Ceará (UFC). A ação foi desenvolvida no contexto de um estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (POET). Fundamentados nos princípios de autonomia e reciprocidade, os autores apresentam e discutem as etapas institucionais e pedagógicas envolvidas no processo. Os autores analisam os impactos formativos para os participantes e para o processo de internacionalização institucional. Apontam para a necessidade de oferta de intercâmbios virtuais com apoio institucional e para a formação estruturada de mediadores.

Este número conta ainda com uma entrevista com o Professor Roberto Mulinacci, da Università di Bologna, que oferece uma reflexão provocadora e, em certos momentos, deliberadamente contracorrente sobre o lugar da tradução no ensino de PLE. Mulinacci parte de sua larga experiência como professor de língua e tradução para problematizar o que chama de expectativas “irrealistas” em torno da tradução como ferramenta de aprendizagem linguística, argumentando que a competência tradutória e a competência linguística, embora se toquem, não se confundem.

O entrevistado questiona se a tradução, tal como praticada em sala de aula, efetivamente contribui para o aprimoramento da competência comunicativa dos aprendizes, e sugere o investimento na consciência lexical e semântica — dimensões que, segundo ele, permanecem negligenciadas nos currículos de formação. A entrevista funciona, assim, como um contraponto salutar aos demais trabalhos do volume, convidando o leitor a repensar certezas e a considerar os limites, e não apenas as potencialidades, do recurso à tradução no ensino de PLE.

A professora Cecília Carvalho, da PUC-Rio, discute tradução e interculturalidade, enfatizando o papel da primeira língua (L1) e da “inteligência cultural” no processo de aprendizagem de língua estrangeira. Para a professora é importante dar espaço à cultura do aluno no processo de aprendizagem do português, o que reduz barreiras afetivas e choques culturais inevitáveis diante da experiência de imersão, por exemplo. Questionada sobre os desafios práticos e sobre a formação docente, defende a tradução como estratégia para expandir vocabulário e a compreensão da estrutura da língua. Em perspectiva diferente das considerações de Mulinacci, Carvalho vê na L1 um recurso cognitivo inevitável e produtivo para o processo de aprendizagem.

O conjunto de textos aqui reunidos não pretende, evidentemente, esgotar o tema. Há muito ainda por investigar nas relações entre PLE, Estudos da Tradução e interculturalidade — nas práticas de formação de professores, na elaboração de materiais didáticos, na avaliação de competências, no impacto das tecnologias de tradução automática sobre o ensino e a aprendizagem. O que este número oferece é um recorte do estado atual dessas discussões, que se pretende instigante, com trabalhos que transitam entre diferentes contextos geográficos e institucionais — do Brasil a Portugal, da Espanha à Itália, da Amazônia à Academia Militar das Agulhas Negras. Todos representam diferentes tradições teóricas e diferentes modos de pensar a tradução. Se há algo que os une, para além do tema, é a convicção de que ensinar uma língua estrangeira implica, sempre e necessariamente, traduzir: traduzir palavras, gestos,



silêncios, comportamentos, pressupostos culturais, modos de estar no mundo. Essa tradução, quando pensada com rigor teórico e sensibilidade pedagógica, pode transformar a sala de aula em um espaço de encontro genuíno entre línguas, culturas e sujeitos.

Desejamos a todos uma leitura produtiva!

Rio de Janeiro / Florença, 2026.

Alexandre do Amaral Ribeiro e Livia Assunção Cecílio

